

REGULAMENTO

DO

ISHARES BM&FBOVESPA

SMALL CAP

FUNDO DE ÍNDICE

datado de 09 de novembro de 2009

ÍNDICE

I.	O FUNDO	13
II.	OBJETIVO DO FUNDO.....	13
III.	O ÍNDICE	15
IV.	ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	17
	CAPÍTULO I. ATRIBUIÇÕES DA ADMINISTRADORA.....	17
	CAPÍTULO II. SEGREGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRADORA	21
	CAPÍTULO III. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA	21
	CAPÍTULO IV. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA	22
	CAPÍTULO V. VEDAÇÕES APLICÁVEIS À ADMINISTRADORA.....	23
V.	GESTÃO DO FUNDO	24
	CAPÍTULO I. ATRIBUIÇÕES DA GESTORA	24
	CAPÍTULO II. REMUNERAÇÃO DA GESTORA.....	25
	CAPÍTULO III. SUBSTITUIÇÃO DA GESTORA.....	25
VI.	PATRIMÔNIO DO FUNDO.....	26
VII.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO	26
VIII.	OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE AÇÕES.....	28
	CAPÍTULO I. REGRAS GERAIS	28
	CAPÍTULO II. EMPRÉSTIMO DE AÇÕES AO MERCADO	29
	CAPÍTULO III. EMPRÉSTIMO DE AÇÕES AOS COTISTAS PARA VOTO.....	29
IX.	COTAS	32
	CAPÍTULO I. CARACTERÍSTICAS	32
	CAPÍTULO II. INTEGRALIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS	32
	CAPÍTULO III. AMORTIZAÇÃO DE COTAS.....	35
	CAPÍTULO IV. NEGOCIAÇÃO DE COTAS.....	36
	CAPÍTULO V. RESGATE COMPULSÓRIO DE COTAS	37
X.	ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS	37
	CAPÍTULO I. COMPETÊNCIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS	37
	CAPÍTULO II. ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS DOS EMISSORES.....	43
XI.	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	43
	CAPÍTULO I. PÁGINA DO FUNDO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES	43
	CAPÍTULO II. DIVULGAÇÃO AO MERCADO E AOS COTISTAS.....	44

CAPÍTULO III. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AOS COTISTAS	44
XII. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA	45
XIII. ENCARGOS DO FUNDO	46
XIV. DISPOSIÇÕES GERAIS	47

DEFINIÇÕES

Os termos e expressões a seguir, quando usados no presente Regulamento com letras iniciais maiúsculas, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos abaixo:

Ações do Índice	Ações que integram a carteira teórica do Índice.
Administradora	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agente Autorizado	Uma Corretora que tenha firmado um Contrato de Agente Autorizado.
Arquivo de Composição da Cesta	O arquivo determinando a identificação e o respectivo número de Ações do Índice, Investimentos Permitidos, Valores em Dinheiro e Direitos sobre Ações (conforme o caso), que compõem uma Cesta, conforme calculada pela Gestora e divulgada diariamente na página do Fundo na rede mundial de computadores antes da abertura do pregão da Bovespa.
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. - BVSP.
<i>Brazilian Depositary Receipts</i>	Certificados de depósitos de valores mobiliários, com lastro em ações emitidas por companhias abertas, ou assemelhadas, com sede no exterior, nos termos da Instrução nº 332, emitida pela CVM em 4 de abril de 2000, conforme alterada.
Câmara de Arbitragem	Câmara de Mediação e Arbitragem do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP.
Carteira	A totalidade dos ativos que integram a carteira

do Fundo.

CBLC

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

Cesta

Significa a cesta a ser entregue por Cotistas ou pelo Fundo para fins de integralização ou resgate de Lotes Mínimos de Cotas, respectivamente, composta de Ações do Índice, Investimentos Permitidos, Valores em Dinheiro e/ou Direitos sobre Ações, conforme o caso. A composição da cesta, seja para fins de uma Ordem de Integralização ou de uma Ordem de Resgate, obedecerá às seguintes regras: (i) terá, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do seu valor representado por Ações do Índice, em qualquer proporção; e (ii) poderá ter, no máximo, 5% (cinco por cento) do seu valor representado por Investimentos Permitidos e/ou Valores em Dinheiro. A Gestora, a seu exclusivo critério, poderá definir Cestas distintas para fins de execução de Ordens de Integralização e de Ordens de Resgate, conforme o caso, ficando ressalvado que a cesta aplicável a cada Ordem de Integralização ou Ordem de Resgate (a) constará do Arquivo de Composição da Cesta divulgado diariamente na página do Fundo na rede mundial de computadores antes da abertura do pregão da Bovespa; (b) observará a composição aqui descrita; e (c) poderá, a exclusivo critério da Gestora, compreender Direitos sobre Ações, de acordo com o Parágrafo Oitavo do Artigo 18 da Instrução CVM 359/02.

Coligada

Qualquer pessoa, física ou jurídica, ou entidade que, a qualquer tempo, direta ou indiretamente,

controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de outra pessoa ou entidade.

Confirmação

Confirmação por escrito apresentada pela Administradora a determinado Agente Autorizado, para que uma Ordem de Integralização ou uma Ordem de Resgate submetida por tal Agente Autorizado seja considerada aceita.

Contrato de Agente Autorizado

Contrato entre a Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, e o Agente Autorizado, estabelecendo os termos e condições para integralização e resgate de Lotes Mínimos de Cotas do Fundo.

Contrato de Gestão

O contrato celebrado entre a Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, e a Gestora, que regulamenta a gestão do Fundo.

Corretora

Uma corretora ou distribuidora de títulos e valores mobiliários devidamente habilitada e pertencente ao sistema de distribuição de valores mobiliários.

Cotas

As cotas de emissão do Fundo.

Cotista

O titular de Cotas, condômino do Fundo, conforme registro de posições da CBLC controlado pela Administradora.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Rebalanceamento

A data de reavaliação da composição da carteira teórica do Índice e quaisquer respectivas

alterações necessárias, executadas a cada 4 (quatro) meses, no fim dos quadrimestres encerrados em abril, agosto e dezembro, ou em qualquer outra periodicidade que a Bovespa venha a determinar, nos termos do Artigo 6º, Parágrafo Sexto.

Dia de Pregão

Qualquer dia em que a Bovespa esteja aberta para negociações.

Dia Útil

Um dia que não seja um sábado, um domingo ou um dia no qual as instituições financeiras sejam requeridas ou autorizadas pela legislação e regulamentação aplicáveis a permanecer fechadas na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Direitos sobre Ações

Cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos àqueles valores mobiliários eventualmente existentes na Carteira do Fundo, de acordo com o Parágrafo Oitavo do Artigo 18 da Instrução CVM 359/02.

Distribuição

O pagamento, se houver, de rendimentos, dividendos ou outras receitas pelo Fundo aos Cotistas.

Emissores

Emissores de quaisquer ações que integram a Carteira.

Encargos do Fundo

(i) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, exigidos pela legislação e regulamentação aplicáveis; (ii) despesas com o

registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na regulamentação aplicável; (iii) despesas com correspondência de interesse do Fundo; (iv) honorários profissionais e despesas do auditor independente do Fundo; (v) emolumentos e comissões pagos por operações do Fundo; (vi) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de qualquer condenação imputada ao Fundo; (vii) a contribuição anual devida à Bovespa; (viii) despesas incorridas com o fechamento de contratos de câmbio para transações permitidas ou relativas a operações envolvendo certificados ou recibo de depósito de títulos, caso tais ativos passem a integrar o Índice; (ix) custos e despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários do Fundo; e (x) taxas cobradas pelo sub-licenciamento do Índice, nos termos do Contrato de Sub-Licenciamento, as quais deverão ser reembolsadas ao Fundo de acordo com a Seção “O Fundo – Taxas, Despesas e Encargos – Taxa de Licenciamento” da página do Fundo na rede mundial de computadores (www.ishares.com.br/smal), além da Taxa de Administração.

Fundo

iShares BM&FBovespa Small Cap Fundo de Índice.

Gestora

BGI Brasil Gestora de Investimentos Ltda.

Grupo de Cotistas	Cotista ou Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação.
Horário de Corte para Ordens	O horário que corresponda a 10 (dez) minutos após o horário de fechamento do pregão da Bovespa.
Índice	O índice BM&FBovespa Small Cap, calculado pela Bovespa.
Índice de Negociabilidade	O indicador calculado pela Bovespa para a seleção das ações integrantes da carteira teórica do Índice em cada Data de Rebalanceamento.
Instrução CVM 306/99	Instrução nº 306, emitida pela CVM em 5 de maio de 1999, conforme alterada, e legislação aplicável.
Instrução CVM 359/02	Instrução nº 359, emitida pela CVM em 22 de janeiro de 2002, conforme alterada, e legislação aplicável.
Investimentos Permitidos	São os seguintes instrumentos financeiros e valores mobiliários, nos quais o Fundo poderá investir até 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido: (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; (ii) títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras; (iii) cotas de fundos de investimento administrados por instituição financeira com as características de renda fixa ou referenciada; (iv) operações compromissadas, lastreadas nos títulos mencionados no item (i) acima, realizadas de acordo com a regulamentação do Conselho

Monetário Nacional; (v) operações com derivativos realizadas em bolsas de valores, em bolsas de mercadorias e futuros ou em mercados de balcão organizados, exclusivamente para administração dos riscos inerentes à Carteira, observadas a legislação e regulamentação aplicáveis; e (vi) ações, não incluídas no Índice, desde que admitidas à negociação na Bovespa e cotas de outros fundos de índice.

Lei 6.385/76

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lote Mínimo de Cotas

100.000 (cem mil) Cotas, ou qualquer outro número que a Gestora venha a determinar, a qualquer tempo, que possa ser emitido nos termos de uma Ordem de Integralização ou Ordem de Resgate devidamente apresentada por um Agente Autorizado nos termos deste Regulamento.

Materiais

Livros, registros, informações e demais dados, seja em meio eletrônico ou impresso, criados pela Administradora ou recebidos pela Administradora de terceiros para uso na execução das obrigações da Administradora em relação ao Fundo.

Ordem de Integralização

Uma ordem emitida por um Agente Autorizado, para que o Fundo emita um Lote Mínimo de Cotas em contraprestação à entrega de uma Cesta pelo respectivo Agente Autorizado ao Fundo.

Ordem de Resgate

Uma ordem emitida por um Agente Autorizado,

para que o Fundo entregue uma Cesta em contraprestação à entrega de um Lote Mínimo de Cotas pelo respectivo Agente Autorizado.

Patrimônio Líquido

A soma (a) do disponível com o valor de todos os ativos integrantes da Carteira e das Receitas acumuladas e não distribuídas, menos (b) as exigibilidades do Fundo, incluindo taxas e despesas acumuladas e não pagas.

Pedido de Resgate

Solicitação de qualquer Cotista sujeito a tributação a um Agente Autorizado que efetue o resgate de um ou mais Lotes Mínimos de Cotas detidos por tal Cotista.

Período de Rebalanceamento

O período compreendido entre os 5 (cinco) Dias Úteis anteriores e os 5 (cinco) Dias Úteis subsequentes à Data de Rebalanceamento, nos termos do Artigo 21, Parágrafo Terceiro.

Propriedade Intelectual

Patentes, marcas, obras sujeitas a direitos autorais, softwares e demais propriedades intelectuais.

Receitas

Rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, Direitos sobre Ações e outros direitos relativos às ações da Carteira, bem como outras receitas do Fundo e valores a receber.

Receitas de Empréstimo

Valor total das Receitas decorrentes das operações de empréstimo de ações realizadas pelo Fundo provisionadas durante o mês em questão.

Registros de Cotista

Notas de corretagem e demais documentos

fornecidos ao respectivo Agente Autorizado por qualquer Cotista sujeito a tributação que solicite a um Agente Autorizado que efetue o resgate de um ou mais Lotes Mínimos de Cotas detidos por tal Cotista.

Regras de Arbitragem

Regulamento de Arbitragem da Câmara de Mediação e Arbitragem do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP.

Regulamento

O regulamento do Fundo.

Taxa de Administração

0,69% (zero vírgula sessenta e nove por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido, referente à remuneração global paga mensalmente pelo Fundo, nos termos do Artigo 13.

Valor de Capitalização

Com relação a uma ação, o valor agregado de tal ação, resultante da multiplicação do respectivo número de ações em circulação (*free float*) pelo seu respectivo preço de mercado vigente.

Valor em Dinheiro

A parcela da Cesta, se houver, que consiste em moeda corrente nacional.

Valor Patrimonial

O valor patrimonial líquido das Cotas do Fundo, calculado nos termos do Artigo 29.

REGULAMENTO DO ISHARES BM&FBovespa Small Cap Fundo de Índice

I. O FUNDO

Artigo 1º. O iShares BM&FBovespa Small Cap Fundo de Índice (“**Fundo**”), constituído sob a forma de condomínio aberto, é um fundo de investimento em índice de mercado, conforme descrito no Artigo 2º abaixo, regido pelo presente Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Instrução CVM 359/02.

Parágrafo Primeiro. O Fundo terá prazo de duração indeterminado.

Parágrafo Segundo. O Fundo, observada a legislação e regulamentação aplicáveis, é destinado a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão e entidades seguradoras, investidores locais ou não-residentes devidamente autorizados a adquirir Cotas do Fundo pela respectiva legislação aplicável de sua jurisdição, incluindo, sem limitação, Coligadas da Administradora e da Gestora, que (a) aceitem todos os riscos inerentes ao investimento no Fundo e (b) busquem retorno de rentabilidade condizente com o objetivo do Fundo, nos termos do Artigo 2º e de sua política de investimento prevista no Artigo 21.

Parágrafo Terceiro. Cada Cota emitida pelo Fundo representa uma fração ideal do Patrimônio Líquido do Fundo.

II. OBJETIVO DO FUNDO

Artigo 2º. O Fundo é um fundo de índice que busca retornos de investimentos que correspondam de forma geral à performance, antes de taxas e despesas, do Índice.

Artigo 3º. A Carteira poderá incluir (a) Ações do Índice, (b) Investimentos Permitidos, (c) Receitas acumuladas e não distribuídas, e (d) dinheiro, observados os limites de diversificação e de composição da Carteira detalhados na

Seção VII e as disposições do Artigo 43 do presente Regulamento.

Parágrafo Primeiro. A Gestora deverá tomar todas as decisões relativas à gestão da Carteira em conformidade com o objetivo do Fundo descrito no Artigo 2º e com a legislação e regulamentação aplicáveis.

Parágrafo Segundo. A Gestora não buscará auferir rentabilidade superior à performance e ao desempenho do Índice, tampouco recorrerá a posições defensivas em caso de flutuações extraordinárias no mercado. Para os fins deste Parágrafo Segundo, fica estabelecido que a Gestora deverá adotar uma abordagem passiva ou de indexação para buscar atingir o objetivo de investimento do Fundo.

Parágrafo Terceiro. Observado o disposto no *caput* deste Artigo 3º, o Fundo poderá deter em sua Carteira ações e outros ativos não incluídos no Índice, limitados a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, caso a Gestora entenda que tais ativos possam contribuir para que o Fundo reflita a performance do Índice.

Parágrafo Quarto. As Receitas recebidas pelo Fundo não serão distribuídas aos Cotistas e serão reinvestidas em Ações do Índice ou outros ativos financeiros, observado o disposto neste Artigo 3º e na Seção VII.

Parágrafo Quinto. O Fundo poderá realizar operações com derivativos executadas em bolsas de valores, em bolsas de mercadorias e futuros ou em mercados de balcão organizados, contanto que tais operações com derivativos sejam realizadas unicamente com o propósito de administrar os riscos inerentes à Carteira do Fundo ou dos valores mobiliários que a integrem, observados os limites de diversificação e de composição da Carteira dispostos na Seção VII.

Parágrafo Sexto. O Fundo poderá celebrar com terceiros contratos a termo de troca de rentabilidade (“swap”), com cláusula de liquidação por ajuste financeiro diário, que tenha como objeto de negociação a diferença de variação entre a rentabilidade do Fundo e a rentabilidade do Índice.

Parágrafo Sétimo. O objetivo e a política de investimento do Fundo, bem como a performance histórica do Fundo ou qualquer declaração sobre o Fundo ou descrição do Fundo, não caracterizam garantia, promessa ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas.

Artigo 4º. Investimentos no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, de qualquer prestador de serviço do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), de qualquer de suas respectivas Coligadas (conforme aplicável), ou ainda de qualquer outra pessoa ou entidade.

Artigo 5º. O valor da Carteira poderá diminuir, resultando em uma diminuição no valor das Cotas do Fundo. Conseqüentemente, o valor das Cotas do Fundo detidas por qualquer Cotista poderá, a qualquer tempo, ser inferior ao valor originariamente pago por tal Cotista pelas suas Cotas.

III. O ÍNDICE

Artigo 6º. O índice BM&FBovespa Small Cap, registrado sob o código ISIN BRSMLLINDM18, é um índice de mercado que mede o retorno de um investimento em uma carteira teórica composta pelas ações emitidas pelas companhias com os menores Valores de Capitalização listadas na Bovespa, cujo valor total represente, conjuntamente, 15% (quinze por cento) da soma dos Valores de Capitalização de todas as companhias listadas na Bovespa, observado o disposto neste Capítulo III.

Parágrafo Primeiro. Para ser qualificada como uma Ação do Índice, cada ação que preencha os requisitos dispostos no *caput* deste Artigo 6º deverá igualmente, no período de 12 (doze) meses antecedente à Data de Rebalanceamento:

- (i) ter sido incluída no grupo de ações com os maiores Índices de Negociabilidade, conjuntamente representando 98% (noventa e oito por cento) do valor da soma dos Índices de Negociabilidade de todas as ações listadas na Bovespa; e

(ii) ter sido negociada na Bovespa em cada Dia de Pregão.

Parágrafo Segundo. Os critérios dispostos no Parágrafo Primeiro acima serão aplicáveis individualmente a cada ação, de maneira que uma mesma companhia poderá ter mais de uma classe de ação integrando a Carteira.

Parágrafo Terceiro. O critério disposto no item (ii) do Parágrafo Primeiro acima não será aplicável a Ações do Índice negociadas na Bovespa há menos de 12 (doze) meses, contanto que tais Ações do Índice tenham (i) preenchido o critério disposto no item (i) do Parágrafo Primeiro acima; e (ii) sido negociadas na Bovespa em cada Dia de Pregão durante o período de 6 (seis) meses antecedente à Data de Rebalanceamento.

Parágrafo Quarto. A ponderação de cada Ação do Índice no Índice será determinada pelo Valor de Capitalização da respectiva Ação do Índice disponível para negociação na Bovespa (*free float*), em relação à soma dos respectivos Valores de Capitalização de todas as Ações do Índice disponíveis para negociação na Bovespa (*free float*).

Parágrafo Quinto. Não obstante o disposto no *caput* deste Artigo 6º, o Índice não será composto por qualquer *Brazilian Depositary Receipt* ou por quaisquer ações emitidas por companhias sujeitas a processos de recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, liquidação ou falência, conforme aplicável.

Parágrafo Sexto. A cada 4 (quatro) meses, no fim dos quadrimestres encerrados em abril, agosto e dezembro, ou em qualquer outra periodicidade que a Bovespa venha a determinar, a Bovespa deverá efetuar uma reavaliação da composição do Índice (“**Data de Rebalanceamento**”). Na Data de Rebalanceamento, o Índice será recalculado com base nas condições dispostas no *caput* deste Artigo 6º, bem como nos Parágrafos acima deste Artigo.

Artigo 7º. Nem o Fundo, nem a Gestora, nem a Administradora são responsáveis pela gestão, cálculo, divulgação e manutenção do Índice.

Parágrafo Primeiro. Caso a Bovespa deixe de gerir, calcular, divulgar ou

manter o Índice, a Administradora deverá imediatamente divulgar tal fato, na forma da regulamentação aplicável, e necessariamente convocar uma assembléia geral de Cotistas na qual os Cotistas deverão deliberar acerca de eventual mudança no objetivo de investimento do Fundo ou, caso contrário, pela liquidação e encerramento do Fundo, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo.

Parágrafo Segundo. Caso os Cotistas não aprovem, em uma assembléia geral de Cotistas devidamente convocada ou em qualquer futura convocação de tal assembléia, uma mudança no objetivo de investimento do Fundo, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação do Fundo, em conformidade com o presente Regulamento.

Artigo 8º. Todas as informações sobre o Índice dispostas neste Regulamento foram obtidas junto à Bovespa e podem ser encontradas na página do Fundo na rede mundial de computadores, bem como nos materiais de divulgação do Fundo. Nem o Fundo, a Administradora, a Gestora, ou qualquer outro prestador de serviço que preste serviços ao Fundo ou em benefício do Fundo tampouco quaisquer de suas Coligadas será responsável por qualquer incorreção de tais informações sobre o Índice ou, ainda, por incorreções no cálculo do Índice.

IV. ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Capítulo I. Atribuições da Administradora

Artigo 9º. A administração do Fundo será exercida pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**Administradora**”), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ sob nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 1.223, de 8 de janeiro de 1990, conforme previsto no Artigo 23 da Lei 6.385/76, e na Instrução CVM 306/99.

Parágrafo Primeiro. A Administradora aplicará na sua administração o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos

Cotistas, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e do presente Regulamento.

Parágrafo Segundo. A Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, inclusive a contratação de terceiros devidamente habilitados para a prestação de serviços relativos às atividades do Fundo, nos termos do disposto no presente Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis.

Parágrafo Terceiro. Sem prejuízo do disposto acima, a Administradora deverá fazer com que a gestão da Carteira do Fundo seja realizada em conformidade com as instruções da Gestora e nos termos do Artigo 17 abaixo.

Parágrafo Quarto. A Administradora celebrará um Contrato de Agente Autorizado com cada Corretora, previamente aprovada pela Administradora, que deseje atuar como intermediária dos Cotistas na integralização e no resgate de Cotas diretamente com o Fundo.

Parágrafo Quinto. As Cotas do Fundo somente poderão ser integralizadas ou resgatadas por Agentes Autorizados. Uma lista com informações atualizadas a respeito dos Agentes Autorizados e suas informações para contato será divulgada diariamente na página do Fundo na rede mundial de computadores.

Artigo 10. Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, incluem-se entre os deveres e obrigações da Administradora:

- (i) registrar (a) o Instrumento Particular de Constituição do Fundo e o presente Regulamento no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e (b) quaisquer aditamentos ao Instrumento Particular de Constituição do Fundo e ao presente Regulamento, em até 5 (cinco) dias após a aprovação de tais aditamentos pelos Cotistas, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- (ii) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por pelo menos

5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo (ou, no caso de a CVM instituir qualquer procedimento administrativo relativo ao Fundo, até o encerramento de tal procedimento administrativo) os seguintes livros e registros:

- (a) registros de Cotistas e registros de transferências de Cotas;
 - (b) livro de atas de todas as assembléias gerais de Cotistas;
 - (c) livro de presença dos Cotistas em todas as assembléias gerais de Cotistas;
 - (d) arquivo contendo todos os pareceres dos auditores independentes do Fundo, desde a criação do Fundo, nos termos do Artigo 55; e
 - (e) registros e demonstrações contábeis e demais documentos relativos a todas as operações realizadas pelo Fundo ou em nome do Fundo e a todos os ativos detidos pelo Fundo.
- (iii) emitir e resgatar Lotes Mínimos de Cotas nos termos de Ordens de Integralização e Ordens de Resgate devidamente emitidas, conforme aplicável;
- (iv) celebrar operações relativas a ativos do Fundo nos termos das instruções da Gestora e receber as Receitas pagáveis ao Fundo;
- (v) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (vi) manter em custódia, em entidade devidamente habilitada para tal serviço, os valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo, tomando todas as providências úteis ou necessárias à defesa dos interesses do Fundo;

- (vii) pagar qualquer multa cominatória imposta nos termos legislação vigente aplicável por cada dia de atraso no cumprimento de quaisquer dos prazos previstos na Instrução CVM 359/02 e na Instrução CVM 306/99;
- (viii) cumprir as deliberações aprovadas em qualquer assembleia geral de Cotistas devidamente convocada;
- (ix) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento;
- (x) representar o Fundo, conforme instruído pela Gestora, em assuntos relativos aos Emissores, incluindo, sem limitação, a representação do Fundo em assembleias gerais de acionistas dos Emissores, com o direito de exercer os respectivos direitos de voto, em nome do Fundo, em qualquer assunto devidamente submetido a tais assembleias gerais de acionistas de Emissores;
- (xi) comunicar à CVM, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contado a partir da deliberação de qualquer assembleia geral de Cotistas devidamente convocada, quaisquer dos seguintes atos relativos ao Fundo:
 - (a) alteração deste Regulamento;
 - (b) renúncia ou substituição da Administradora;
 - (c) fusão;
 - (d) incorporação;
 - (e) cisão; e
 - (f) liquidação;
- (xii) prestar as informações sobre a Carteira que lhe forem solicitadas pelos Cotistas, conforme a legislação aplicável;

- (xiii) praticar os demais atos relativos ao Fundo e à Carteira, conforme instruído pela Gestora e permitido pela legislação aplicável; e
- (xiv) não reter para si quaisquer ativos, taxas ou direitos que pertençam ao Fundo e que venha a receber, em decorrência de sua condição como Administradora do Fundo, que não seja a Taxa de Administração prevista no Artigo 13 abaixo.

Capítulo II. Segregação das Atividades da Administradora

Artigo 11. O exercício da administração do Fundo deverá ser mantido segregado das demais atividades da Administradora e com estas não se confunde. A Administradora poderá continuar a exercer todas as atividades que não lhe sejam defesas pela legislação e regulamentação a ela aplicáveis.

Capítulo III. Substituição da Administradora

Artigo 12. A substituição da Administradora somente se dará em qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) renúncia da Administradora, mediante notificação por escrito a cada Cotista e à CVM, entregue com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- (ii) destituição da Administradora por deliberação de Cotistas que detenham pelo menos a maioria absoluta das Cotas em circulação, tomada em uma assembléia geral de Cotistas devidamente convocada por Cotistas que detenham pelo menos 5% (cinco por cento) (ou o número máximo permitido pela legislação aplicável, a qualquer tempo, se superior a 5% (cinco por cento)) das Cotas em circulação; ou
- (iii) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão final da CVM.

Parágrafo Primeiro. Nos casos de renúncia da Administradora nos termos do disposto no Artigo 12, item (i), ou destituição da Administradora por voto dos

Cotistas nos termos do Artigo 12, item (ii), a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até que o seu substituto tenha assumido o papel e as obrigações de administrador do Fundo. No caso de descredenciamento da Administradora pela CVM nos termos do disposto no Artigo 12, item (iii), a CVM indicará uma instituição financeira para assumir temporariamente as funções de administrador do Fundo, até que o substituto da Administradora tenha efetivamente assumido o papel e as obrigações de administrador do Fundo.

Parágrafo Segundo. No caso de renúncia ou destituição da Administradora nos termos do Artigo 12, (i) a Administradora deverá propor um administrador substituto, a ser votado em uma assembléia geral de Cotistas e (ii) a Administradora convocará de imediato ou, em qualquer hipótese, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da renúncia ou destituição da Administradora, uma assembléia geral de Cotistas para deliberar sobre tal substituição. A presença de um quorum (conforme definido na Instrução CVM 359/02 ou em outra legislação aplicável) de instalação deverá ser exigida para deliberar sobre quaisquer assuntos apresentados a tal assembléia geral de Cotistas e um administrador substituto poderá ser aprovado pelo voto favorável dos detentores da maioria das Cotas em circulação.

Capítulo IV. Remuneração da Administradora

Artigo 13. A Administradora deverá receber do Fundo a Taxa de Administração, que constitui a única taxa a ser paga pelo Fundo, correspondente a 0,69% (zero vírgula sessenta e nove por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido, referente à remuneração global paga mensalmente pelo Fundo. A Taxa de Administração será provisionada diariamente, com base em um total de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis por ano, e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à sua vigência.

Parágrafo Único. No último Dia Útil de cada mês, a Administradora fará a apuração do valor total das Receitas decorrentes das operações de empréstimo de ações realizadas pelo Fundo provisionadas durante o mês em questão, (“**Receitas de Empréstimo**”). Na hipótese de as Receitas de Empréstimo em tal data de apuração serem inferiores a 0,15% (zero vírgula quinze por cento) ao

ano, calculadas sobre o Patrimônio Líquido médio do mês em questão, a Administradora deverá devolver ao Fundo, parcela do valor da Taxa de Administração provisionada no mês em questão nos termos do Artigo 13 acima, correspondente à diferença entre as Receitas de Empréstimo e o percentual de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) do Patrimônio Líquido mencionado neste Parágrafo Único. A devolução de que trata este Parágrafo Único será efetuada, quando aplicável, no primeiro Dia Útil do mês subsequente, e não configurará, para quaisquer fins, uma redução da Taxa de Administração.

Artigo 14. O valor da Taxa de Administração não poderá ser aumentado sem a aprovação prévia dos Cotistas que detenham, pelo menos, a maioria das Cotas em circulação, devidamente reunidos em uma assembléia geral de Cotistas. A Administradora poderá a qualquer tempo reduzir tais taxas sem a aprovação dos Cotistas desde que tal redução se aplique de maneira uniforme a todos os Cotistas.

Capítulo V. Vedações Aplicáveis à Administradora

Artigo 15. Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, a Administradora, na qualidade de administradora do Fundo e, quando aplicável, cada um dos Agentes Autorizados, ficam proibidos de praticar, direta ou indiretamente, qualquer dos seguintes atos em nome do Fundo:

- (i) receber depósitos em sua própria conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar quaisquer empréstimos, ressalvado o disposto nos Artigos 12 e 60 da Instrução CVM 359/02 e regulamentação aplicável;
- (iii) prestar qualquer fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- (iv) realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou de mercado de balcão organizado por entidade autorizada pela CVM, ressalvadas as hipóteses de:

- (a) subscrições de ofertas públicas;
- (b) exercício de direitos de preferência;
- (c) negociações privadas, conforme previsto no Artigo 18, Parágrafo Quinto, da Instrução CVM 359/02; e
- (d) operações previamente autorizadas pela CVM;
- (v) observado o disposto na Seção VIII, praticar qualquer ato na qualidade de acionista de Emissores que possa impedir a negociação das Ações do Índice em bolsa de valores; e
- (vi) vender Cotas à prestação.

V. GESTÃO DO FUNDO

Capítulo I. Atribuições da Gestora

Artigo 16. A gestão da carteira do Fundo será realizada pela **BGI Brasil Gestora de Investimentos Ltda.** (“**Gestora**”), sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Professor José Lannes, nº 40, 16º andar - parte, Edifício Berrini 500, Brooklin Novo, inscrita no CNPJ sob o nº 10.979.208/0001-58, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários, pelo Ato Declaratório CVM nº 10.568, de 4 de setembro de 2009.

Artigo 17. A Gestora deverá desempenhar as seguintes funções, em conformidade com o previsto no presente Regulamento e nos termos da regulamentação aplicável da CVM, e de acordo com o Contrato de Gestão:

- (i) gerir a Carteira em nome do Fundo;
- (ii) instruir a Administradora a respeito da representação do Fundo em assembleias gerais de acionistas de Emissores e sobre o exercício de direitos

de voto em nome do Fundo no que concerne a qualquer assunto submetido a uma assembléia geral de acionistas de Emissores;

- (iii) instruir a Administradora a tomar quaisquer outras medidas relativas à gestão do Fundo e permitidas pela legislação e regulamentação aplicáveis;
- (iv) custear todas as despesas com propaganda do Fundo, inclusive com a elaboração do prospecto do Fundo; e
- (v) contratar formador de mercado para as Cotas do Fundo.

Capítulo II. Remuneração da Gestora

Artigo 18. A Gestora fará jus a uma parcela da Taxa de Administração, a ser paga diretamente pelo Fundo à Gestora.

Capítulo III. Substituição da Gestora

Artigo 19. A Gestora somente será substituída mediante notificação por escrito da Administradora à Gestora sobre a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) rescisão e/ou resilição do Contrato de Gestão;
- (ii) renúncia da Gestora, mediante notificação por escrito a cada Cotista e à CVM, entregue com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- (iii) inadimplemento substancial de qualquer das obrigações assumidas pela Gestora através do Contrato de Gestão, não tendo sido tal inadimplemento sanado no prazo de 60 (sessenta) Dias Úteis, contado a partir do recebimento, pela Gestora, de notificação do referido inadimplemento por parte da Administradora;
- (iv) insolvência, intervenção, liquidação ou falência da Gestora; ou

- (v) aprovação pelo voto de Cotistas que detenham pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das Cotas em circulação, reunidos em assembléia geral de Cotistas devidamente convocada por Cotistas que detenham pelo menos 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação.

Parágrafo Primeiro. No caso de renúncia da Gestora nos termos do disposto no Artigo 19, item (ii), a Gestora deverá permanecer no exercício de suas funções até que a sua substituta tenha assumido o papel e as obrigações de gestora da Carteira do Fundo.

Parágrafo Segundo. No caso de renúncia da Gestora nos termos do Artigo 19, (i) a Administradora deverá propor uma gestora substituta, a ser votada em uma assembléia geral de Cotistas e (ii) a Administradora convocará de imediato ou, em qualquer hipótese, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da renúncia da Gestora, uma assembléia geral de Cotistas para deliberar sobre tal substituição.

VI. PATRIMÔNIO DO FUNDO

Artigo 20. O valor do Patrimônio Líquido será calculado diariamente pela Administradora com base nas normas contábeis vigentes expedidas pela CVM, ficando ressalvado que as negociações dos ativos integrantes da Carteira realizados em um Dia de Pregão na Bovespa deverão ser refletidos no Patrimônio Líquido no Dia de Pregão subsequente.

VII. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

Artigo 21. O Fundo investirá no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio em Ações do Índice, em qualquer proporção, ou em posições compradas no mercado futuro do Índice, de forma a refletir a variação e rentabilidade do Índice, observados os limites definidos no presente Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Durante o período entre a data da divulgação oficial pela Bovespa da primeira prévia da composição do Índice e um mês após a Data de Rebalanceamento, a Gestora, a seu exclusivo critério e tendo em vista o objetivo e

a política de investimento do Fundo, efetuará o ajuste da composição da Carteira.

Parágrafo Segundo. Tendo em vista a metodologia de cálculo e divulgação do Índice, bem como o objetivo e a política de investimento do Fundo, a Administradora, mediante instrução da Gestora, poderá ajustar a composição da Carteira do Fundo sempre que a composição do Índice sofrer ajustes devido a Distribuições, cisões, fusões ou qualquer outro evento que afete ou modifique a composição da carteira teórica do Índice.

Parágrafo Terceiro. Não obstante o disposto nos demais Parágrafos do presente Artigo 21, durante o período compreendido entre os 5 (cinco) Dias Úteis anteriores e os 5 (cinco) Dias Úteis posteriores à Data de Rebalanceamento (“**Período de Rebalanceamento**”), a Gestora poderá, a seu exclusivo critério, instruir a Administradora a adotar os procedimentos especiais previstos neste Regulamento, tais como (i) a suspensão das integralizações de Cotas e (ii) o resgate de Cotas na forma do Capítulo II da Seção IX do presente Regulamento.

Parágrafo Quarto. Durante o período previsto no Parágrafo Primeiro deste Artigo 21, a Administradora poderá (i) aceitar, na integralização de Cotas, ações de companhias abertas que estejam passando a integrar a nova composição da carteira teórica do Índice, de acordo com a prévia de tal nova composição divulgada pela Bovespa, e (ii) entregar, no resgate de Cotas, ações de companhias abertas que estejam deixando de integrar a composição da carteira teórica do Índice, de acordo com a prévia de tal nova composição divulgada pela Bovespa.

Parágrafo Quinto. Casos de desenquadramento ao limite mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) disposto no *caput* deste Artigo 21 serão justificados por escrito pela Administradora à CVM dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da data da verificação de tal desenquadramento.

Artigo 22. O Fundo poderá investir até 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido, isolada ou cumulativamente, em quaisquer dos instrumentos financeiros ou valores mobiliários definidos abaixo (cada, um “**Investimento Permitido**”) ou em dinheiro, ficando ressalvado que nenhuma taxa de administração, de gestão ou qualquer outra taxa poderá ser paga pelo Fundo sobre o montante de

quaisquer investimentos em fundos de investimento administrados pela Administradora que excedam 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido:

- (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil;
- (ii) títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras;
- (iii) cotas de fundos de investimento administrados por instituição financeira com as características de renda fixa ou referenciada;
- (iv) operações compromissadas, lastreadas nos títulos mencionados no item (i) acima, realizadas de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional;
- (v) operações com derivativos realizadas em bolsas de valores, em bolsas de mercadorias e futuros ou em mercados de balcão organizados, exclusivamente para administração dos riscos inerentes à Carteira, observadas a legislação e regulamentação aplicáveis; e
- (vi) ações não incluídas no Índice, desde que admitidas à negociação na Bovespa e cotas de outros fundos de índice.

Parágrafo Único. O total das margens de garantia exigidas do Fundo em suas operações com derivativos não poderá exceder 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido.

VIII. OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE AÇÕES

Capítulo I. Regras Gerais

Artigo 23. O Fundo poderá realizar operações de empréstimo de ações, na forma regulada pela CVM e conforme disposto neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Todas as ações emprestadas pelo Fundo deverão ser

restituídas ao Fundo no vencimento do prazo do respectivo empréstimo.

Parágrafo Segundo. Não obstante o número de ações objeto de empréstimo ao mercado ou de garantia prestada pelo Fundo a qualquer tempo, a Administradora será obrigada a entregar as ações necessárias para o atendimento de solicitações de Cotistas relativas ao resgate de Cotas bem como ao empréstimo de ações para voto, conforme previsto no Capítulo III da presente Seção VIII e no Artigo 60, Parágrafo Segundo, da Instrução CVM 359/02.

Capítulo II. Empréstimo de Ações ao Mercado

Artigo 24. O Fundo poderá efetuar operações de empréstimo de ações ao mercado na forma da regulamentação sobre operações de empréstimo de ações em vigor, contanto que (i) o valor total das ações emprestadas ao mercado pelo Fundo a qualquer momento, conforme previsto neste Capítulo II, não ultrapasse o limite de 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo e (ii) não sejam emprestadas mais de 50% (cinquenta por cento) do número total de ações de qualquer Ação do Índice detida pelo Fundo.

Capítulo III. Empréstimo de Ações aos Cotistas para Voto

Artigo 25. Qualquer Cotista que deseje votar em uma assembleia geral de acionistas de qualquer Emissor poderá, através do Agente Autorizado, solicitar da Administradora um empréstimo gratuito de ações da Carteira emitidas por tal Emissor e detidas pelo Fundo, na forma da regulamentação em vigor, e isento de qualquer taxa de aluguel. Para os fins deste Artigo 25, a Administradora providenciará a transferência das ações da Carteira emprestadas ao respectivo Cotista junto à entidade responsável pela custódia de tais ações da Carteira.

Parágrafo Primeiro. Tendo em vista que cada Cota busca representar uma determinada quantidade de ativos integrantes da carteira do Fundo, o Cotista que solicitar o empréstimo de determinada ação da Carteira terá direito a tomar emprestada a quantidade de tal ação da Carteira equivalente à respectiva quantidade de ações da Carteira que o número total de Cotas detidas por tal Cotista represente no final do dia da solicitação de tal empréstimo. Caso a

quantidade de Ações do Índice que o Cotista tenha direito de tomar em empréstimo seja fracionária, tal número será arredondado para o menor número inteiro mais próximo.

Parágrafo Segundo. As ações da Carteira poderão ser emprestadas aos Cotistas somente para os fins de voto em uma assembléia geral de acionistas nos termos do presente Artigo 25, e para nenhum outro fim. A solicitação de empréstimo de ações da Carteira por Cotistas para os fins de voto, nos termos deste Artigo 25, somente poderá ser feita após a convocação da assembléia geral do respectivo Emissor e tal solicitação deverá ser comunicada à Administradora por intermédio de um dos Agentes Autorizados, com pelo menos 5 (cinco) e com no máximo 6 (seis) Dias de Pregão de antecedência à realização da respectiva assembléia geral de acionistas.

Parágrafo Terceiro. Nos termos do Artigo 12, Parágrafo Oitavo, da Instrução CVM 359/02, a Administradora poderá, durante os 5 (cinco) primeiros dias do Período de Rebalanceamento, rejeitar ou limitar empréstimos de ações da Carteira na forma deste Capítulo III, desde que tal restrição se limite à parcela de ações da Carteira cujo empréstimo poderia, a critério da Gestora, vir a causar danos significativos na capacidade do Fundo de atingir seu objetivo de investimento.

Parágrafo Quarto. Na hipótese do Parágrafo Terceiro acima, a Administradora deverá divulgar, na página do Fundo na rede mundial de computadores e na forma prevista na Seção XI abaixo, uma lista com a identificação e a quantidade de ações da Carteira de titularidade do Fundo que não estejam sendo disponibilizadas para o empréstimo de que trata este Artigo 25, ficando ressalvado que a Administradora deverá justificar as razões pelas quais tais ações da Carteira não estarão disponíveis para empréstimo, conforme o disposto no Parágrafo Terceiro acima.

Parágrafo Quinto. As ações da Carteira tomadas em empréstimo na forma deste Capítulo III deverão ser entregues aos Cotistas solicitantes no prazo exigido pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“**CBLC**”) para tal entrega.

Parágrafo Sexto. Nos termos do Parágrafo Sexto do Artigo 12 da Instrução CVM 359/02, os Cotistas deverão restituir ao Fundo as ações da Carteira tomadas em empréstimo em até 1 (um) Dia Útil após a data da realização da respectiva assembléia geral de acionistas do Emissor, não podendo alienar suas Cotas caucionadas em garantia do empréstimo das ações da Carteira nos termos do Artigo 26 abaixo.

Artigo 26. Os Cotistas que solicitarem um empréstimo de ações da Carteira na forma deste Capítulo III deverão caucionar, como garantia da operação de empréstimo de ações da Carteira, uma quantidade de Cotas que, em conjunto, represente o número total de ações da Carteira a serem tomadas em empréstimo, tendo em vista que cada Cota busca representar uma determinada quantidade de ações da Carteira integrantes da Carteira.

Parágrafo Único. As Cotas caucionadas na forma prevista no *caput* deste Artigo 26 podem servir simultaneamente à caução de mais de um empréstimo de ações da Carteira por um mesmo Cotista, nos termos do Artigo 12, Parágrafo Quarto, da Instrução CVM 359/02.

Artigo 27. Não obstante o disposto no Artigo 26 acima, os Cotistas que solicitarem operações de empréstimo de ações da Carteira deverão arcar com todos os custos relativos a tal empréstimo, incluindo, sem limitação, as taxas cobradas pela CBLC. A Administradora também poderá exigir de tais Cotistas o ressarcimento ao Fundo por quaisquer custos incorridos pelo Fundo em relação às respectivas operações de empréstimo de ações da Carteira, desde que tais custos sejam informados antecipadamente aos Cotistas por meio da página do Fundo na rede mundial de computadores, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo.

Parágrafo Primeiro. Além de tomar as medidas necessárias para a excussão das Cotas caucionadas na forma do Artigo 26 acima, o Fundo cobrará dos Cotistas que não observarem o prazo para devolução das ações estipulado no Artigo 25, Parágrafo Sexto, acima, as mesmas taxas usualmente cobradas pelo Fundo para operações de empréstimo de ações da Carteira realizadas na forma prevista no Artigo 24 acima ou, caso não haja mercado para tal tipo de operação, a taxa média

obtida junto a 3 (três) Corretoras.

Parágrafo Segundo. Os custos e as taxas previstos no *caput* deste Artigo 27 serão divulgados diariamente na página do Fundo na rede mundial de computadores.

IX. COTAS

Capítulo I. Características

Artigo 28. Cada Cota será registrada e escriturada em nome de seu titular.

Parágrafo Primeiro. A identidade de cada Cotista e o número de Cotas detido por cada Cotista serão inscritos no registro de Cotistas mantido pela Administradora, em consonância com os dados fornecidos pelos Agentes Autorizados e pela CBLC, conforme aplicável.

Parágrafo Segundo. O registro das Cotas será realizado de forma escritural.

Artigo 29. O Valor Patrimonial das Cotas será o valor resultante da divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Cotas em circulação, sendo calculado ao final de cada Dia de Pregão.

Artigo 30. Para fins de integralização e resgate de Cotas, a Administradora deverá utilizar o Valor Patrimonial das Cotas apurado no encerramento do Dia de Pregão em que a respectiva solicitação foi processada. As operações de integralização e de resgate deverão ser liquidadas no prazo estipulado para liquidação de operações na CBLC.

Capítulo II. Integralização e Resgate de Cotas

Artigo 31. As Cotas serão emitidas e resgatadas somente em Lotes Mínimos de Cotas ou em múltiplos de Lotes Mínimos de Cotas.

Parágrafo Primeiro. Um Lote Mínimo de Cotas somente poderá ser emitido

(a) de acordo com uma Ordem de Integralização devidamente submetida por um Agente Autorizado e (b) mediante a entrega de uma Cesta ao Fundo.

Parágrafo Segundo. Os Lotes Mínimos de Cotas somente poderão ser resgatados (a) mediante uma Ordem de Resgate devidamente submetida por um Agente Autorizado e (b) mediante a entrega de uma Cesta pelo Fundo.

Artigo 32. A composição da Cesta, seja para fins de uma Ordem de Integralização ou de uma Ordem de Resgate, obedecerá às seguintes regras (“**Cesta**”):

- (i) terá, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do seu valor representado por Ações do Índice, em qualquer proporção; e
- (ii) poderá ter, no máximo, 5% (cinco por cento) do seu valor representado por Investimentos Permitidos e/ou Valores em Dinheiro.

Parágrafo Primeiro. Não obstante o disposto no *caput* deste Artigo 32, a Gestora, a seu exclusivo critério, poderá definir Cestas distintas para fins de execução de Ordens de Integralização e de Ordens de Resgate, conforme o caso, ficando ressalvado que a Cesta aplicável a cada Ordem de Integralização ou Ordem de Resgate (a) constará do Arquivo de Composição da Cesta divulgado diariamente na página do Fundo na rede mundial de computadores antes da abertura do pregão da Bovespa; (b) observará a composição descrita neste Artigo 32; e (c) poderá, a exclusivo critério da Gestora, compreender cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos àqueles valores mobiliários eventualmente existentes na Carteira do Fundo, de acordo com o Parágrafo Oitavo do Artigo 18 da Instrução CVM 359/02 (“**Direitos sobre Ações**”).

Parágrafo Segundo. Em situações excepcionais de dificuldade na execução de Ordens de Integralização ou Ordens de Resgate, devida à baixa liquidez de uma ou mais Ações do Índice que componham a Cesta, a Gestora, a seu exclusivo critério, poderá substituir tais Ações do Índice por Valores em Dinheiro, limitados a 5% (cinco por cento) do valor total da Cesta.

Parágrafo Terceiro. Ordens de Integralização e Ordens de Resgate recebidas pela Administradora em Dias de Pregão antes do horário que corresponda a 10 (dez) minutos após o horário de fechamento do pregão da Bovespa (“**Horário de Corte para Ordens**”) serão processadas no mesmo Dia de Pregão. Ordens de Integralização e Ordens de Resgate recebidas pela Administradora após o Horário de Corte para Ordens não serão aceitas pela Administradora.

Parágrafo Quarto. O Arquivo de Composição da Cesta descrevendo a composição da Cesta a ser entregue por ocasião da execução de uma Ordem de Integralização e de uma Ordem de Resgate será divulgado na página do Fundo na rede mundial de computadores após o encerramento do pregão da Bovespa em qualquer Dia de Pregão e antes da abertura da Bovespa para operações no próximo Dia de Pregão. Um Arquivo de Composição da Cesta valerá para Ordens de Integralização e para Ordens de Resgate recebidas após a sua divulgação e até o próximo Horário de Corte para Ordens.

Parágrafo Quinto. A integralização e o resgate de Lotes Mínimos de Cotas nos termos do disposto neste Artigo 32 e no Artigo 20 da Instrução CVM 359/02 deverão ser liquidados no prazo exigido para a liquidação de negociações com ações na Bovespa. Qualquer alteração do referido prazo de liquidação por parte da CBLC será prontamente divulgada na página do Fundo na rede mundial de computadores.

Parágrafo Sexto. Os Agentes Autorizados submeterão uma Ordem de Integralização ou uma Ordem de Resgate que, em cada caso, não será considerada aceita até que a Administradora, por meio da CBLC, tenha apresentado a tal Agente Autorizado uma confirmação por escrito (“**Confirmação**”) de que a respectiva Ordem de Integralização ou Ordem de Resgate, conforme o caso, foi aceita.

Parágrafo Sétimo. Qualquer Cotista sujeito a tributação que solicite a um Agente Autorizado que efetue o resgate de um ou mais Lotes Mínimos de Cotas detidos por tal Cotista (“**Pedido de Resgate**”) deverá fornecer ao respectivo Agente Autorizado as notas de corretagem e demais documentos (“**Registros de**

Cotista”) necessários para que a Administradora apure o custo de aquisição das Cotas a serem resgatadas, devendo tal Agente Autorizado entregar tais Registros do Cotista à Administradora pelo menos 3 (três) horas antes do fechamento do pregão no Dia de Pregão subsequente ao Pedido de Resgate. Caso a Administradora não receba tais Registros do Cotista pelo menos 3 (três) horas antes do fechamento do pregão no Dia de Pregão subsequente à apresentação de tal Pedido de Resgate, o Pedido de Resgate em questão será cancelado.

Artigo 33. Durante o Período de Rebalanceamento, a Administradora poderá aceitar, no momento da integralização de um Lote Mínimo de Cotas, ou entregar, para o resgate de um Lote Mínimo de Cotas, se o Agente Autorizado assim o solicitar, uma Cesta composta apenas de uma determinada Ação do Índice ou de determinadas Ações do Índice ou ainda de determinada ação ou de determinadas ações considerada(s) líquida(s) que esteja(m) sendo incluída(s) ou excluída(s) em uma nova composição do Índice, de acordo com as previsões para a nova composição do Índice conforme divulgadas pela Bovespa.

Parágrafo Único. Na hipótese descrita neste Artigo 33, caso o número de Ordens de Integralização ou de Ordens de Resgate venha a exceder a quantidade de ações necessária para ajustar a Carteira, a aceitação de tais ações será feita proporcionalmente à quantidade de ações oferecidas por parte de cada Agente Autorizado que tenha encaminhado tais (a) Ordens de Integralização, ficando ressalvado que o número de Cotas a ser atribuído a cada Agente Autorizado corresponderá sempre a um número inteiro, e (b) Ordens de Resgate, com base no número de ações a ser entregue a cada Agente Autorizado, ficando ressalvado que tal número de ações a ser atribuído a cada Agente Autorizado corresponderá sempre a um número inteiro.

Capítulo III. Amortização de Cotas

Artigo 34. As amortizações poderão ser feitas tão somente a critério da Administradora, conforme instruções da Gestora. Considera-se amortização o pagamento em moeda corrente nacional, de forma proporcional a todos os Cotistas, de parcela do Valor Patrimonial de suas respectivas Cotas, sem redução no número de Cotas.

Parágrafo Único. A Administradora poderá efetuar uma amortização de Cotas nos termos previstos no *caput* deste Artigo 34, somente se a performance do Fundo se mostrar superior à performance do Índice durante o trimestre precedente.

Capítulo IV. Negociação de Cotas

Artigo 35. As Cotas serão listadas para negociação na Bovespa, e poderão ser adquiridas ou vendidas por qualquer Corretora. A Administradora, a Gestora, suas respectivas Coligadas, bem como seus respectivos diretores e funcionários, poderão adquirir e negociar as Cotas a qualquer tempo.

Parágrafo Único. Não obstante o disposto no *caput* deste Artigo 35, a Gestora não atuará como formadora de mercado para as Cotas, porém poderá contratar, em nome do Fundo, formador de mercado para as Cotas do Fundo.

Artigo 36. Nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 359/02, e observado o disposto abaixo, após 90 (noventa) dias, contados da outorga da autorização para funcionamento do Fundo pela CVM, nenhum Cotista que não seja (i) um fundo de investimento regulamentado pela CVM; (ii) instituição financeira; (iii) companhia seguradora ou sociedade de capitalização; (iv) entidade aberta ou fechada de previdência complementar; (v) pessoa física ou jurídica que possua investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); (vi) fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados; (vii) administrador de carteira ou consultor de valores mobiliários autorizado pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e/ou (viii) regime próprio de previdência social instituído pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios poderá deter mais de 49% (quarenta e nove por cento) das Cotas em circulação.

Parágrafo Primeiro. Caso a Administradora verifique que um Cotista que não se enquadre em alguma das hipóteses descritas no *caput* deste Artigo 36 encontra-se desenquadrado com relação ao limite de 49% (quarenta e nove por cento) definido no *caput* deste Artigo 36, a Administradora solicitará a tal Cotista

que providencie, no prazo de 3 (três) Dias de Pregão, contado a partir da data de tal solicitação ao Cotista, o enquadramento voluntário em relação ao limite de 49% (quarenta e nove por cento), seja através (i) da venda de Cotas na Bovespa ou (ii) do resgate de Cotas na forma do presente Regulamento.

Parágrafo Segundo. Se, após terem decorrido 3 (três) Dias de Pregão, o Cotista não tiver alienado o número de Cotas que exceda o limite de 49% (quarenta e nove por cento), a Administradora poderá, em nome do Fundo, efetuar um resgate compulsório do número de Lotes Mínimos de Cotas necessário para que o Cotista passe a deter menos de 49% (quarenta e nove por cento) das Cotas em circulação.

Capítulo V. Resgate Compulsório de Cotas

Artigo 37. O resgate compulsório de Cotas do Fundo deverá ser realizado pela Administradora, caso a Administradora verifique que qualquer Cotista está desenquadrado em relação ao limite previsto no Artigo 36 acima, não tendo remediado tal desenquadramento por meio das alternativas e no prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro do Artigo 36 acima, hipótese em que serão resgatadas apenas as Cotas excedentes ao limite previsto no Artigo 36 acima.

Parágrafo Único. O resgate compulsório será efetuado pelo Fundo, sempre que possível, na forma prevista no Capítulo II da presente Seção IX, considerando-se o 3º (terceiro) Dia de Pregão subsequente à data de notificação da Administradora ao Cotista de seu desenquadramento como o dia de solicitação do resgate.

X. ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS

Capítulo I. Competência da Assembléia Geral de Cotistas

Artigo 38. Caberá privativamente à assembléia geral de Cotistas do Fundo, observados os respectivos quoruns de deliberação definidos no presente Regulamento, deliberar sobre:

- (i) as demonstrações contábeis anuais do Fundo, a serem arquivadas junto à CVM;
- (ii) substituição da Administradora ou da Gestora;
- (iii) qualquer alteração (i) na política de investimento do Fundo definida no Artigo 21 acima (salvo alterações nas hipóteses previstas no Artigo 30, Parágrafo Primeiro, da Instrução CVM 359/02) ou (ii) no objetivo do Fundo, conforme definido no Artigo 2º acima;
- (iv) qualquer aumento na Taxa de Administração;
- (v) mudança de endereço da página do Fundo na rede mundial de computadores;
- (vi) fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do Fundo;
- (vii) alterações no contrato de sub-licenciamento celebrado entre o detentor da licença do Índice e a Administradora, caso essas alterações acarretem aumento de despesas para o Fundo; e
- (viii) quaisquer outras alterações neste Regulamento, não relacionadas aos itens (ii) a (v) do presente Artigo 38.

Parágrafo Primeiro. Não obstante o disposto no item (viii) do *caput* deste Artigo 38, este Regulamento poderá ser alterado pela Administradora independentemente da assembléia geral de Cotistas ou de consulta aos Cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigência expressa da CVM, de adequação a normas legais ou regulamentares ou, ainda, em virtude da atualização de endereço ou informações para contato com a Administradora.

Parágrafo Segundo. As decisões da assembléia geral de Cotistas relativas aos itens (ii) a (vii) do *caput* deste Artigo 38 serão consideradas como fatos relevantes para os fins do disposto no Artigo 39 abaixo.

Artigo 39. Quaisquer alterações a este Regulamento passam a vigorar a partir da data do protocolo junto à CVM dos seguintes documentos, o qual deverá ser realizado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado a partir da data de aprovação de tais alterações em assembléia geral de Cotistas devidamente convocada:

- (i) lista de Cotistas presentes à respectiva assembléia geral de Cotistas;
- (ii) cópia da ata da respectiva assembléia geral de Cotistas; e
- (iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 40. A assembléia geral de Cotistas deverá ser sempre convocada mediante notificação entregue à Bovespa e publicada na página do Fundo na rede mundial de computadores com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da data da respectiva assembléia geral de Cotistas.

Parágrafo Único. O edital de convocação deverá obrigatoriamente informar o dia, o horário e o local de realização da assembléia geral de Cotistas, a ordem do dia com os assuntos sobre os quais a assembléia deverá deliberar, bem como o detalhamento das propostas específicas de alterações ao Regulamento, conforme aplicável.

Artigo 41. A assembléia geral ordinária de Cotistas deverá ser convocada pela Administradora anualmente, até o dia 30 de junho de cada ano, para deliberar sobre as demonstrações contábeis do Fundo.

Parágrafo Único. A assembléia geral ordinária somente poderá ser realizada após a divulgação na página do Fundo na rede mundial de computadores das demonstrações contábeis relativas ao exercício, com prazo de antecedência mínimo de 15 (quinze) dias, devendo tais demonstrações ficar à disposição dos Cotistas na sede da Administradora.

Artigo 42. A assembléia geral de Cotistas também poderá ser convocada a

qualquer tempo pela Administradora ou por solicitação por escrito de Cotista ou Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação (um “**Grupo de Cotistas**”).

Parágrafo Primeiro. No prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento de uma solicitação por escrito por parte de um Grupo de Cotistas, a Administradora expedirá notificação convocando a assembléia geral de Cotistas solicitada por tal Grupo de Cotistas.

Parágrafo Segundo. O Grupo de Cotistas que convocar uma assembléia geral de Cotistas deverá pagar todos os custos e despesas de tal assembléia geral de Cotistas, bem como os custos e despesas com a convocação de tal assembléia geral, exceto se definido de outro modo pela assembléia geral de Cotistas.

Artigo 43. A assembléia geral de Cotistas também deverá ser convocada pela Administradora e às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias, sempre que:

- (i) o erro de aderência, calculado como o desvio padrão populacional das diferenças entre a variação percentual diária do valor patrimonial das Cotas e a variação percentual diária do valor de fechamento do Índice nos últimos 60 (sessenta) pregões seja superior a 2 (dois) pontos percentuais, desde que tal erro de aderência não seja reenquadrado ao limite de 2 (dois) pontos percentuais até o 15º (décimo quinto) dia útil consecutivo subsequente à data de verificação do respectivo erro de aderência;
- (ii) a diferença entre a rentabilidade acumulada do Fundo e a rentabilidade acumulada do Índice nos últimos 60 (sessenta) pregões seja superior a 2 (dois) pontos percentuais, desde que tal diferença de rentabilidade não seja reenquadrada ao limite de 2 (dois) pontos percentuais até o 15º (décimo quinto) dia útil consecutivo subsequente à data de verificação da respectiva diferença de rentabilidade; ou
- (iii) a diferença entre a rentabilidade acumulada do Fundo e a rentabilidade acumulada do Índice em um período de 12 (doze) meses for superior a 4 (quatro) pontos percentuais, desde que tal diferença de rentabilidade não

seja reenquadrada ao limite de 4 (quatro) pontos percentuais até o 30º (trigésimo) dia útil consecutivo subsequente à data de verificação da respectiva diferença de rentabilidade.

Parágrafo Primeiro. A ocorrência de qualquer dos eventos referidos no presente Artigo 43 deverá ser divulgada imediatamente na página do Fundo na rede mundial de computadores.

Parágrafo Segundo. A ordem do dia da assembléia geral de Cotistas convocada em razão da ocorrência de qualquer dos eventos previstos no presente Artigo 43 deverá compreender os seguintes itens:

- (i) explicações, por parte da Administradora, em conjunto com a Gestora, das razões que, no seu entendimento, motivaram o erro de aderência ou a diferença de rentabilidade. Tais explicações deverão ser divulgadas também na página do Fundo na rede mundial de computadores com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização da assembléia geral de Cotistas convocada nos termos deste Artigo 43, e permanecerão disponíveis na referida página durante um período de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de sua realização; e
- (ii) deliberação acerca da possibilidade de liquidação do Fundo ou sobre a substituição da Administradora, matéria sobre a qual não poderão votar Coligadas da Administradora.

Parágrafo Terceiro. Não obstante o disposto no *caput* do presente Artigo 43, e nos termos do Artigo 35, Parágrafo Terceiro, da Instrução CVM 359/02, as assembléias gerais de Cotistas convocadas em razão da ocorrência de qualquer dos eventos previstos neste Artigo 43 deverão ter intervalo mínimo de (i) 90 (noventa) dias caso a assembléia geral de Cotistas tenha decidido pela substituição da Administradora, nos termos do Artigo 12, item (ii) do Regulamento, ou (ii) 30 (trinta) dias, caso a assembléia geral de Cotistas tenha decidido pela manutenção da Administradora.

Artigo 44. As deliberações da assembléia geral de Cotistas, que deve ser

instalada com a presença de pelo menos um Cotista ou seu representante legal, serão tomadas pelo critério da maioria dos votos dos Cotistas presentes ou devidamente representados em tal assembléia, sendo atribuído um voto a cada Cota.

Parágrafo Primeiro. As matérias definidas no item (ii) do Artigo 12 e nos itens (ii) e (iii) do Artigo 38 acima devem ser aprovadas pelo voto de Cotistas que detenham, no mínimo, a maioria absoluta das Cotas emitidas pelo Fundo, ficando a Administradora ou a Gestora e suas respectivas Coligadas impedidas de votar em deliberações relativas à substituição da Administradora ou da Gestora, conforme o caso.

Parágrafo Segundo. Nenhum Cotista poderá votar pela designação de uma nova administradora ou de uma nova gestora para o Fundo caso tal Cotista esteja direta ou indiretamente ligado ao candidato a nova administradora ou gestora do Fundo, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro. As matérias descritas nos itens (iv) e (vi) do Artigo 38 acima devem ser aprovadas pelo voto de Cotistas que detenham a maioria absoluta das Cotas emitidas pelo Fundo.

Parágrafo Quarto. O quorum de deliberação definido nos Parágrafos Primeiro e Terceiro deste Artigo 44 não se aplica à votação em assembléias gerais de Cotistas realizadas em função do disposto no item (i) do Artigo 12, no item (ii) e Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 19 e no item (ii) do Parágrafo Segundo do Artigo 43 acima, prevalecendo, portanto, o critério de decisão pelo voto da maioria das Cotas detidas pelos Cotistas presentes ou devidamente representados em tal assembléia geral de Cotistas.

Artigo 45. Somente Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores validamente constituídos há menos de um ano poderão votar na assembléia geral de Cotistas.

Artigo 46. Será permitida a realização de assembléia geral de Cotistas, convocada exclusivamente para aprovação de contas do Fundo, mediante

conferência telefônica ou videoconferência, não excluindo a obrigatoriedade de elaboração e assinatura da ata da assembléia, contendo descrição dos assuntos deliberados.

Capítulo II. Assembléia Geral de Acionistas dos Emissores

Artigo 47. O Fundo tem como política o exercício de seu direito de voto em assembléias gerais de acionistas de Emissores apenas com relação a matérias consideradas de suma relevância ao Emissor.

Parágrafo Primeiro. Não obstante o disposto no *caput* do presente Artigo 47, mediante instrução da Gestora nos termos do Artigo 17, item (ii), a Administradora deverá, a seu exclusivo critério, diretamente ou por intermédio de representantes devidamente constituídos, participar das assembléias gerais de acionistas dos Emissores e exercer o direito de voto do Fundo. Em tais casos, a Administradora somente poderá exercer o direito de voto do Fundo inerente às ações da Carteira que não estejam sujeitas a empréstimo na forma prevista no Artigo 26 acima.

Parágrafo Segundo. A Gestora do Fundo adota política de exercício de direito de voto em assembléias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões da Gestora em assembléias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam aos seus titulares o direito de voto.

Parágrafo Terceiro. A política de voto da Gestora, em sua versão integral, está disponível na página do Fundo na rede mundial de computadores (www.ishares.com.br/smal).

XI. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Capítulo I. Página do Fundo na Rede Mundial de Computadores

Artigo 48. O Fundo tem uma página eletrônica na rede mundial de computadores, no endereço www.ishares.com.br/smal, que contém as

informações exigidas pelo Artigo 39 da Instrução CVM 359/02.

Parágrafo Único. Não haverá prospecto de distribuição pública das Cotas. Quaisquer materiais de divulgação serão publicados na página do Fundo na rede mundial de computadores.

Artigo 49. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante inerente ao funcionamento do Fundo ou à capacidade da Administradora de exercer suas funções, que possa vir a causar impacto relevante na capacidade do Fundo de atingir seu objetivo através (i) da página do Fundo na rede mundial de computadores, (ii) dos endereços de correspondência eletrônicos cadastrados na página do Fundo e (iii) do sistema de divulgação de informações da Bovespa.

Capítulo II. Divulgação ao Mercado e aos Cotistas

Artigo 50. Em cada Dia de Pregão, a Administradora informará à Bovespa o Valor Patrimonial de cada Cota, a composição da Carteira e o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 51. Nos termos do Artigo 42 da Instrução CVM 359/02, os Cotistas serão informados acerca de suas posições em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

Capítulo III. Serviço de Atendimento aos Cotistas

Artigo 52. Os Cotistas poderão obter informações e esclarecer dúvidas a respeito do Fundo da seguinte forma:

- (i) mediante correspondência enviada à atenção da Administradora, no endereço Av. Francisco Matarazzo, nº 1.500, Torre Los Angeles, 9º andar, Água Branca, CEP 05001-100, São Paulo-SP, aos cuidados da área de atendimento a fundos (*Front-end*);
- (ii) por correio eletrônico endereçado à Administradora, no seguinte endereço:

atendimentosmal@ishares.com.br; ou

(iii) por telefone, através do número: 0800-601-1441.

XII. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA

Artigo 53. O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo os investimentos, livros, registros e demonstrações contábeis do Fundo ser segregados em relação àqueles da Administradora.

Artigo 54. O exercício fiscal do Fundo será de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de março de cada ano civil.

Artigo 55. As demonstrações contábeis do Fundo, relativas a cada exercício contábil encerrado em 31 de março de cada ano, estão sujeitas e deverão ser preparadas em conformidade com as normas contábeis vigentes expedidas pela CVM. As demonstrações contábeis mais recentes deverão ser disponibilizadas a qualquer interessado que as solicitar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do encerramento do exercício fiscal.

Parágrafo Primeiro. Não obstante o disposto no *caput* deste Artigo 55, sempre que requisitado por investidores potenciais ou Cotistas, a Administradora deverá disponibilizar na sua página do Fundo na rede mundial de computadores (www.ishares.com.br/smal) as seguintes informações a tais investidores e Cotistas:

- (i) declaração acerca da natureza das atividades do Fundo e acerca dos produtos e serviços oferecidos pelo Fundo;
- (ii) demonstrações contábeis mais recentes do Fundo, bem como o balanço patrimonial e demonstração dos lucros, perdas e ganhos retidos pelo Fundo;
e
- (iii) demonstrações contábeis similares às mencionadas no item (ii) acima, relativas aos últimos 2 (dois) anos em que o Fundo esteve em operação.

Parágrafo Segundo. Nos termos do Artigo 45 da Instrução CVM 359/02, as informações disponibilizadas ao público, bem como eventuais materiais de divulgação do Fundo, não podem estar em desacordo com a página do Fundo na rede mundial de computadores, com o Regulamento do Fundo ou com o relatório anual protocolado na CVM.

Artigo 56. As demonstrações contábeis do Fundo serão auditadas anualmente por um auditor independente registrado na CVM, e divulgadas pela Administradora na página eletrônica do Fundo na rede mundial de computadores.

XIII. ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 57. As seguintes despesas constituem “Encargos do Fundo”, além da Taxa de Administração, e serão pagas pelo Fundo:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, exigidos pela legislação e regulamentação aplicáveis;
- (ii) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na regulamentação aplicável;
- (iii) despesas com correspondência de interesse do Fundo;
- (iv) honorários profissionais e despesas do auditor independente do Fundo;
- (v) emolumentos e comissões pagos por operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor de qualquer condenação imputada ao Fundo;

- (vii) a contribuição anual devida à Bovespa;
- (viii) despesas incorridas com o fechamento de contratos de câmbio para transações permitidas ou relativas a operações envolvendo certificados ou recibo de depósito de títulos, caso tais ativos passem a integrar o Índice;
- (ix) custos e despesas com custódia e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários do Fundo; e
- (x) taxas cobradas pelo sub-licenciamento do Índice, nos termos de qualquer contrato de sub-licenciamento firmado pela Administradora, as quais deverão ser reembolsadas ao Fundo de acordo com a seção “O Fundo – Taxas, Despesas e Encargos – Taxa de Licenciamento” da página do Fundo na rede mundial de computadores (www.ishares.com.br/smal).

Parágrafo Primeiro. A Administradora poderá determinar que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço do Fundo que tenham sido contratados pela Administradora, desde que a soma de tais parcelas não exceda o valor total da Taxa de Administração.

Parágrafo Segundo. Quaisquer despesas não especificamente previstas como Encargos do Fundo serão pagas pela Administradora.

XIV. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 58. Para os fins deste Regulamento, será considerado dia útil qualquer dia que não seja um sábado, um domingo ou outro dia em que as instituições financeiras estejam obrigadas ou autorizadas pela legislação ou regulamentação aplicáveis a permanecer fechadas na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“**Dia Útil**”).

Artigo 59. Toda e qualquer disputa originada e/ou relativa a este Regulamento será resolvida exclusiva e definitivamente mediante procedimento de arbitragem instituído e realizado conforme o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Mediação e Arbitragem do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP

(“**Câmara de Arbitragem**”). A gestão e a supervisão do processo de arbitragem incumbirão à Câmara de Arbitragem, conforme o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem (“**Regras de Arbitragem**”).

Parágrafo Primeiro. O tribunal arbitral será composto de 3 (três) árbitros, um dos quais a ser nomeado pelo demandante, outro pelo demandado e um que será indicado pelos 2 (dois) árbitros nomeados pelo demandante e pelo demandado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis após a confirmação do segundo árbitro, o qual presidirá o tribunal arbitral conforme o disposto no presente Regulamento e nas Regras de Arbitragem.

Parágrafo Segundo. A arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde será emitida a sentença arbitral, em conformidade com a legislação brasileira, no idioma português, que será o idioma exclusivo do processo. O tribunal arbitral observará as disposições deste Regulamento e os costumes comerciais universalmente reconhecidos e aplicáveis aos mercados de capitais nacionais e internacionais.

Parágrafo Terceiro. Aplicam-se à arbitragem as Regras de Arbitragem na data de constituição do Fundo e as disposições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei Brasileira de Arbitragem).

Parágrafo Quarto. A sentença arbitral será definitiva e obrigará cada uma das partes ao procedimento arbitral, as quais concordam em se vincular a qualquer sentença arbitral, parcial ou final, e expressamente renunciaram a qualquer tipo de recurso contra a sentença arbitral.

Parágrafo Quinto. Sem prejuízo da validade desta cláusula de arbitragem, as partes do procedimento arbitral deverão eleger, à exclusão de qualquer outra, a jurisdição da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, se e quando necessário, exclusivamente para os fins de (i) obter medidas liminares ou tutelas antecipadas em garantia do processo de arbitragem a ser iniciado entre as partes e/ou para garantir a exigência e/ou eficácia do processo de arbitragem e (ii) para obter mandados e medidas de execução específica, ficando ressalvado que, uma vez atingido o respectivo objetivo, o tribunal arbitral, a ser constituído ou já

constituído, conforme aplicável, retomará a plena e exclusiva jurisdição para solucionar todas as questões, quer de natureza processual ou de mérito. O recurso de uma das partes à autoridade judicial especificada neste dispositivo para obter tais medidas ou para implementar quaisquer medidas determinadas pelo tribunal arbitral não será tido como uma infração ou uma renúncia a esta cláusula de arbitragem e não afetará os poderes respectivos reservados ao tribunal arbitral.

Parágrafo Sexto. Nenhum árbitro poderá ser um funcionário, representante, Coligada ou ex-funcionário de qualquer uma das partes envolvidas no respectivo processo de arbitragem.

Parágrafo Sétimo. Exceto se convencionado pelas partes entre si por escrito ou salvo conforme exigido pela legislação pertinente, as partes, seus respectivos representantes e testemunhas e os membros do tribunal de arbitragem obrigam-se a manter em sigilo a existência, o teor e todas as sentenças relativas ao processo de arbitragem, juntamente com todos os materiais utilizados em tal processo e produzidos para os fins da arbitragem, e a preservar a confidencialidade dos documentos submetidos pela outra parte durante o processo de arbitragem – salvo e na medida em que sua divulgação possa ser exigida por conta de obrigação legal ou para fins de execução.

Parágrafo Oitavo. Os custos, as despesas (outras que não as custas e despesas judiciais) e os honorários dos árbitros incorridos nos processos de arbitragem serão repartidos igualmente entre as partes até a sentença final ser proferida pelo tribunal arbitral. A sentença arbitral final determinará à parte vencida que reembolse todos os custos, despesas e honorários dos árbitros incorridos pela outra parte, acrescidos de (i) juros de 1% (um por cento) ao mês, e (ii) *pro rata die*, a variação correspondendo a 100% (cem por cento) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado a partir da data de desembolso até a data do efetivo reembolso. Caso uma parte seja vencedora parcial, o tribunal arbitral determinará os custos, despesas e honorários dos árbitros proporcionalmente à culpa das partes, conforme constar da sentença arbitral. Não obstante o disposto no presente Parágrafo Oitavo, cada parte arcará com os honorários e despesas de seus respectivos consultores jurídicos.

Artigo 60. Todo investidor ao (i) solicitar a integralização de Cotas, (ii) adquirir Cotas na Bovespa ou (iii) de qualquer outra forma se tornar Cotista do Fundo estará automaticamente aderindo e concordando com todas as disposições do presente Regulamento e das Regras de Arbitragem.

São Paulo, 09 de novembro de 2009.

ADMINISTRADORA